

## A VERTICALIZAÇÃO DA IMPONÊNCIA E A NEGAÇÃO DO ESPAÇO

Marcel Ribeiro PADINHA<sup>1</sup>

### Resumo

O fenômeno da Verticalização em Belém nos últimos anos vem apresentando transformações na “tecno e psicosfera”. A construção de um modo de vida marcado por “sociabilidades entre iguais”, expressa uma “negação do espaço”, quando este é entendido como um produto de relações sociais, marcadas por uma multiplicidade de eventos e por possibilidade de um convívio com a diferença (e com a desigualdade) obedecendo a uma dialética, que é a do devir. Esta negação do espaço se concretiza na forma ou, na imponência dos empreendimentos verticais de Belém. O conteúdo resultante desta interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações é a consolidação de um modo de vida que negar os encontros, negar as sociabilidades cotidianas e que promove, dentre outros aspectos, a intensidade da auto-segregação e da segregação sócio-espacial.

**Palavras-chave:** Verticalização, negação do espaço, sociabilidades entre iguais e sociabilidades cotidianas.

### THE VERTICALIZATION OF THE MAGNIFICENCE AND THE NEGATION OF THE SPACE

### Abstract

The phenomenon of the Verticalization in Belém in the last years is presenting transformations in the “techno and psicosferas”. The construction of a way of life marked for “sociability between equals”, when a “negation of the space” was expressed, when this one is understood like a product of social relations, marked by a multiplicity of events and by possibility of a familiarity with the difference (and with the inequality) obeying to a dialectics, which is that of the devir. This negation of the space comes true in the form or, in the magnificence of the vertical undertakings of Belém. The resultant content of this interaction between a system of objects and a system of actions is the consolidation of a way of life that to deny the meetings, to deny the daily sociability and what promotes among other aspects, the intensity of the auto-segregation and of the segregation space-partner.

**Keys-Word:** Verticalization, negation of the space, sociability between equals and sociability daily.

### INTRODUÇÃO

A verticalização do espaço parece corresponder uma hierarquização social que pode ser observada de modo recorrente na história da humanidade, em diferentes momentos e em culturas distintas. Este ímpeto de alcançar o céu é muito antigo e os sambaquis de Santa Catarina constituem uma das primeiras expressões do que pode ser designado como uma arquitetura da dominação. Ela manifesta o desejo da diferenciação e da demarcação de fronteiras sociais, expressando desigualdade, hierarquia, supremacia de uns sobre outros (LIMA, 2005, P. 53).

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará – UFPA/Campus de Altamira. E-mail: [mpadilha@ufpa.br](mailto:mpadilha@ufpa.br)

A arqueóloga, T. A. Lima (2005), em um pequeno artigo publicado na revista *Nossa História* e intitulado *Os Aranha-céus do Passado*, fala-nos de forma apaixonante sobre o que denomina *arquitetura da dominação*, se referindo aos Sambaquis encontrados ao longo do litoral do Estado de Santa Catarina e chama atenção, de nós geógrafos, para um entendimento do fenômeno de Verticalização como sendo ligado à natureza humana (portanto, cultural) e à períodos históricos diferentes. Desfrutemos de mais alguns trechos:

As alturas dos Sambaquis são variáveis e embora no litoral sudeste suas dimensões sejam em geral modestas, em torno de dois a três metros de altura, podem atingir proporções elevadas, equivalentes a prédios de dez andares. Estes, em especial, constituíram um empreendimento extremamente oneroso, na medida em que, não se tratava mais de escalar dois ou três metros para continuar empilhando terra, areia e conchas, mas vencer penosa e obstinadamente dez, vinte, trinta metros para torná-los cada vez mais elevados. Tamanho empenho pressupõe a existência de um projeto ideologicamente determinado, para o qual o local de implantação e a altura a ser alcançada eram fundamentais e tinham forte significado simbólico.<sup>2</sup> (LIMA, 2005, p. 54)

Como em tempos pretéritos, o desejo de chegar cada vez mais próximo do céu, evidencia a ânsia de se ocupar um lugar de destaque junto a paisagem, de estar visível aos olhos de todos, de expressar Poder, nas mais diferentes formações sociais. E rompe com análises (SOMEKH 1987, e SOUZA 1994) que afirmam ser o processo de Verticalização filho da modernidade (portanto um fenômeno ocidental) e irmão da metropolização das grandes cidades ocidentais. Estas autoras, em nossa opinião, sobrevalorizaram os objetos e subvalorizaram as ações, não obstante, sem o esforço analítico-reflexivo destas este trabalho não seria possível, posto que o ato de avançar dar-se sobre o existente.

O processo de Verticalização deve ser entendido, em nossa compreensão, como sendo um híbrido, como uma totalidade ou ainda a partir de interações, multiplicidades e um constante devir, ou seja, antes de tudo a Verticalização é a materialização do próprio espaço geográfico (enquanto forma-conteúdo, ou mesmo enquanto um sistemas de objetos e sistema de ações) com todas as suas nuances e contradições<sup>3</sup>. Expressão da produção do espaço e do que está a ela ligada em especial, sua processual (re) funcionalização e

<sup>2</sup> Sítios arqueológicos que podem chegar até 30 metros de altura. No caso dos sambaquis do litoral do Brasil, estes guardam evidências concretas de grupos sociais que habitaram há quase 8 mil anos nosso território.

<sup>3</sup> A urbanização crescente – em nossas grandes cidades – possibilitou a estimulação à proliferação de edificações. No período de 30/40 ocorreu uma grande expansão do setor residencial, com o surgimento de prédios de apartamentos, tendo então início o processo de Verticalização nas cidades brasileiras (OLIVEIRA, 1992: 44).

valorização/desvalorização, e sua expressão de Poder – seja este econômico, intelectual, simbólico, sócio-territorial e etc.

Não obstante, o supramencionado, o que estamos chamando neste trabalho de *A Verticalização da Imponência e a Negação do Espaço*, refere-se ao modelo de moradias verticais importado de outras partes do mundo e/ou de outras regiões brasileiras (em especial do Centro-Sul do país). Estes empreendimentos, possuem como marca, a *negação do espaço* tendo em vista que, são desenvolvidas práticas de sociabilidades *de classe* e de *auto-enclausuramento* que impedem a coexistência com o outro, negam as multiplicidades e buscam conservar fechados os caminhos que levam a construção de espaços que propiciam *encontros*. Não que haja uma anulação destes, mas, há sem dúvida, o praticar de um sistema de ações que leva ao anulamento (pelo menos *a priori*) do convívio com a desigualdade e com as diferenças. Deixaremos isto mais evidente ao longo do trabalho.

O artigo possui também como preocupação, contribuir para com a(s) discussão(ões) acerca de uma conceitualização do que deva ser tratado como fenômeno Vertical. Neste sentido, faremos uma exposição mais longa do que é entendido e concebido até os dias atuais por Verticalização. E, posteriormente, centralizaremos nossa reflexão, no auxílio da construção de um novo olhar sobre a temática, tão cara a nossa ciência e as demais ciências sociais, buscando entendê-lo como sendo um fenômeno sócio-histórico, técnico-simbólico e ligado à diferentes manifestações da subjetividade humana.

Neste trabalho três idéias-reflexões serão defendidas, a) a de que a verticalização é um fenômeno antigo e que portanto, não começou com a formação sócio-espacial capitalista embora, esta tenha ganhado corpo, notoriedade, e assumido *feições diversas* (comercial, moradia de operários, moradia de classe média, moradia de classe A e A+) a partir do desenvolvimento do capitalismo no século XX ; b) a de que, o aumento do requinte e a reinvenção do conceito de morar leve a negação do espaço e a formação de *territórios de iguais*, nas áreas mais nobres dos centros urbanos do mundo moderno ocidental e; algumas palavras sobre os agentes responsáveis pela promoção e consolidação deste fenômeno.

### **VERTICALIZAÇÃO: PRÁTICA DE ESPACIALIDADES DIVERSAS**

No transcorrer da história da segunda natureza, o ímpeto de chegar cada vez mais alto é notável e alguns significativos exemplos, evidenciam esta afirmação: a construção das Pirâmides do Egito (2700 a.c), os Zigurates na Mesopotâmia (2000 a.c), as Pirâmides

mesoamericanas da Guatemala e do México (em 2000 a.c), os Miranetes helicoidais de Samara (Iraque) no século IX, em Templos da Indonésia (séc. X), nos Pagodes Chineses e em Santuários do Camboja no século XII, nos Aranha-céus da década de 20 do século passado, no World Trade Center (1980). Segundo T. A. Lima (2005) estamos inquestionavelmente diante de uma mesma força, não obstante, as múltiplas formas como ela se manifesta. Nesse sentido, os Sambaquis e o World Trade Center se igualam e podem ser considerados como um único e mesmo fenômeno.

Queremos aqui defender a mesma tese da autora, pois também temos a certeza de que se trata de um *mesmo fenômeno* realmente, haja vista as similitudes que nos possibilitam a analogia entre sambaquis e os modernos edifícios de hoje, quais sejam: as diversas maneiras de manifestação de poder, de status, sentimentos de inferioridade, de imponência, de anti-sociabilidade – ou de sociabilidades seletas, promoção de processos que resultam em segregação sócio-espacial, ou auto-segregação, dentre outros.

Não querendo isto significar que tudo o que foi produzido até aqui sobre este fenômeno (o de Verticalização) deva ser revisto, deixado de lado, ou mesmo descartado. Ao contrário, é o momento de desenvolvermos um conceito sobre o processo de produção do espaço que não se restrinja ao sistema de objetos mas sim, que abarque a complexidade (da totalidade) deste processo, procurando o conceber a partir não somente de um prisma economicista e anti-subjetivo, mas também, a partir de olhares sócio-históricos (sistemas de ações) ligados a história do desenvolvimento humano (e/ou ao desenvolvimento do próprio espaço geográfico este sendo imbricado da noção de interação, de multiplicidade e de devir).

A Verticalização como nós (geógrafos e urbanistas) a concebemos surgiu nos Estados Unidos, graças às condições particulares de formação das cidades americanas e do próprio estágio de desenvolvimento capitalista. Entretanto, outros fatores podem explicar também este fato: a alta concentração urbana, a intensificação da divisão social do trabalho, o crescimento do setor terciário, a espacialização funcional de áreas, os altos preços fundiários e a flexibilidade da(s) legislação(ões).

A Verticalização, como propõe Somekh *é o resultado da multiplicação do solo urbano* (1987, p. 8). Mas, também se pode defini-la, ainda que como hipótese, *como a resultante, no espaço produzido, de uma estratégia entre múltiplas formas de capital – fundiário, produtivo, imobiliário e financeiro, que cria o espaço urbano. É essa estratégia que, politicamente (e não tecnicamente), definirá os limites da multiplicação do solo*



conforme propõe (Souza,1994, p. 135). E, em virtude da intensidade como utiliza um mesmo terreno como suporte físico, permitindo assim, a superposição de um grande número de imóveis, a Verticalização<sup>4</sup> provoca uma supervalorização do solo urbano. Permite ainda, uma otimização no uso da infra-estrutura urbana, conforme reflexões de (OLIVEIRA, 1992, p. 08).

Alguns motivos que explicam a importância do fenômeno de Verticalização:

- Esta atividade sustenta uma fórmula específica de uso da terra;
- Reflete certo tipo de atividade econômica, com conotações econômicas e sociais encontradas em alguns lugares;
- É encontrado principalmente em grandes cidades, especialmente, nas influenciadas pela arquitetura e pelo modo de vida estadunidense (forma-conteúdo);
- É um marco característico que imprime uma forma original na paisagem urbana;
- É um processo que está se espalhando por todo o mundo, a ponto de torna-se típico da arquitetura de nossas cidades globais.

E acrescentaríamos:

- É muitas vezes a concretização da Imponência, da Desigualdade social, do Sentimento de Superioridade e; de inferioridade no outrem, destituído deste tipo de moradia, ou mesmo, local de trabalho.
- E buscar preservar um modo de vida próprio, sociabilidades específicas, e onde o Poder é expresso de maneira mais visível.

Cabendo ainda ressaltar que a Verticalização é mais acentuada nos espaços metropolitanos ocidentais – principalmente americanos, provocando grandes transformações nestes espaços:

O espaço metropolitano é extremamente enfático na medida em que revela as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos a espacialidade e incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os em uma dinâmica comum que constitui, em certo sentido, a própria natureza dos processos de metropolização. Do ponto de vista físico, podemos dizer que este processo compreende dois elementos básicos: a expansão contínua e a diferenciação da malha metropolitana, ambos veiculadores da mudança e transformação. Não agem, no entanto, separadamente, sendo conjugados e simultâneos. Tampouco compõem um conjunto concatenado ou estritamente comprometido com uma racionalidade explícita (HAESBAERT, 2002, p. 88).

<sup>4</sup> A cidade vertical envolve a noção de edifício alto, de arranha-céu. A Verticalização foi definida como a multiplicação efetiva do solo urbano, possibilitada pelo uso do elevador. A essa idéia associam-se a características da Verticalização, o aproveitamento intensivo da terra urbana densidade e o padrão de desenvolvimento tecnológico do século XX, demonstrando-se a relação Verticalização/adensamento. (SOMEKH, 1997:20).

Como o supramencionado acima esclarece a Verticalização, portanto, é um fator primordial no que tange as diversas e intensas transformações nos espaços urbanos onde se instala. Este processo desperta (ou contribui para despertar) sentimentos de pró-crescimento e de não crescimento mediante seu desenvolvimento. Sendo assim,

No início, há muitas vezes alguma concordância entre interesses comuns e desenvolvimento econômico, na medida em que todos os serviços públicos requerem, para seu bem-estar, uma base expansível de capital. [...]. Em certo ponto do desenvolvimento da comunidade, porém, as trajetórias do crescimento econômico e da qualidade de vida divergem. Aparecem aqueles problemas sociais originários de um desenvolvimento rápido e desordenado, como criminalidade, poluição, congestionamento de tráfego e crises fiscais. Pode-se observar, portanto, que muitos moradores locais, independentemente da classe, se opõem ao crescimento, tão logo se atinge esse ponto. Não obstante, outros habitantes, especialmente inquilinos à procura de moradia, bem como alguns empreendedores, podem favorecer a expansão contínua, por conseguinte, não é incomum que capitalistas e trabalhadores se unam em campos alinhados segundo sentimentos pró-crescimento ou de não crescimento. [...]. Isso quer dizer que os interesses associados aos valores de uso e aos valores de troca do espaço se acham interligados e eventualmente relacionados (GOTTDIENER 1997, p. 173-174).

Este fenômeno deixou de ser a moradia de trabalhadores de baixa renda para tornar-se à moradia da classe bastada da sociedade capitalista e de uma pequena fração da classe-média. Caminhou da plebe para dentro do castelo, e passou da condição de espaço marginalizado (caracterização que assumiu durante o século XIX e início do século XX) à condição de espaço hipervalorizado (espaço nobre) depois da segunda metade do século passado. O que estamos querendo dizer é que nos dias atuais, as áreas mais bem dotadas de infraestrutura e serviços também são as mais verticalizadas.

Conforme os estudos de SOMEKH (1997, p. 17) embora o primeiro período de construção vertical<sup>5</sup> tivesse sido denominado “verticalização européia”, constata-se, entretanto, que a influência predominante em nossa época é americana (estadunidense).

No que concerne a realidade brasileira, amazônida – a de Belém, a prefeitura municipal da cidade adota o seguinte critério, para estabelecer o que considera vertical, ou seja, *o de habitação multifamiliar*. De acordo com este critério municipal, se considera a existência de Verticalização apenas, nos edifícios que possuem mais de quatro andares (ou

<sup>5</sup> Souza lembra que, “o financiamento da construção está ligado a um problema de comercialização, ou em nosso entendimento de creditização posto que, quem tem financiamento é o comprador. O processo existente no Brasil, o Sistema Financeiro de Habitação – SFH (via Caixa Econômica Federal) dispõe de programas especiais, chamados planos para empresários, que financiam apenas o incorporador que repassa tais custos ao comprador final. E esse é um recurso financeiro usado para agilizar a obra. Muitos, porém, não usam tais planos; em vez disso, constituem com recursos próprios” seus empreendimentos. (1994:192)

*pavimentos*), que adotem o uso de elevadores. Neste caso, o uso de elevadores é exigido por lei (OLIVEIRA, 1992).

Entretanto, a restrição do conceito a moradias de caráter *multifamiliar*, em nosso entendimento torna-o insuficiente do ponto de vista epistemológico. Afinal, Belém, como será visto mais adiante possui prédios (edifícios) comerciais (terciários) desde o início de sua verticalização e que portanto, não são considerados unidades verticais pelo fato de não serem espaços residenciais multifamiliares, conforme a caracterização do poder público municipal. E o que dizer, a respeito dos prédios que possuem até quatro pavimentos e que não possuem elevador, se não são unidades verticais o que haveriam de ser? Será que um objeto técnico – o elevador – é um parâmetro demarcatório interessante para definirmos unidades verticais?

Pensamos que não. Abarcar o processo em sua totalidade (como sendo sócio-histórico, técnico-simbólico e incultido de subjetividades), tanto nos que o habitam ou nos que o construíram como – ou principalmente – nos outrem, longe de significar simplesmente *uma multiplicação do solo urbano e a superposição de imóveis sobre um mesmo terreno* e longe também de está restrita a *habitação multifamiliar* possibilitar-nos entender este processo espacializante de maneira mais complexa do que seu entendimento contemporâneo nos faz crê.

Habitar e/ou trabalhar em edifícios atualmente expressa ou dá a seus usuários sentimentos de grandeza (*status*), segurança, tranquilidade, imponência e conforto. O ato de vê a cidade de cima implica em possuir algo caro a maioria da população, faz com que o morador de uma luxuosa cobertura se sinta um rei ou mesmo um vassalo privilegiado do senhor Capital, a contemplar seu reino ou seu feudo.

Ter escritórios em prédios moderníssimos – como o Síntese 21 – e morar em um Athalanta, Prilege, Maximum, Aquarium (só para ficarmos em alguns exemplos) prédios de altíssimo padrão existentes em Belém está muito distante de significar para seus moradores simplesmente o *locus* onde é repostada energia para a jornada de trabalho do dia seguinte. Despertar cobiça, inveja, mas também, impotência, inferioridade, sentimento de fraqueza e desilusão são também os objetivos dos palacetes da elite moderna. Na medida em que, os sentimentos expressados pelas construções verticais devem ser entendidos como uma via de mão dupla.

Mas quem promove este processo – quais seus agentes na Amazônia? A *Verticalização* está associada ao processo, mais amplo, de urbanização que atinge esta região

de forma acelerada. Ela (em Belém do Pará) assume grandes proporções no contexto da sua *Metropolização*. São dois processos interligados o que não pode ser ignorado, se se quiser alcançar a compreensão deste processo, em sua totalidade (OLIVEIRA, 1992).

Em nosso país a identificação dos agentes é tarefa extremamente complexa (a complexidade orgânica da Verticalização), uma vez que eles se confundem no tempo e no espaço. Entretanto, podemos dizer que os agentes mais diretamente envolvidos com a promoção imobiliária nacional são: o incorporador, o Estado, o especialista em viabilidade econômica e técnica – que pode pertencer tanto a uma instituição pública quanto a uma privada, o construtor, o corretor e, logicamente, o comprador.

Dos agentes supramencionados o “incorporador, portanto, é o agente que ‘correndo riscos muito grandes’, desenvolve uma cadeia de ações para garantir a concretude do processo: compra do terreno, aprovação da planta do edifício na prefeitura e registro da incorporação no registro de imóveis” (SOUZA, 1994, p. 191).

Para ser mais claro, é o incorporador quem compra o terreno, contrata o grupo de engenheiros e arquitetos responsáveis pela elaboração do projeto e paga os emolumentos à prefeitura e ao cartório e quem, lucra mais –obviamente – ou perde mais, com o processo de venda do imóvel.

O fluxo de capital para o *setor imobiliário* requer ao mesmo tempo um estado intervencionista e um mercado financeiro que funcione de maneira articulada e livre, os quais foram ambos, firmemente desenvolvidos durante a reestruturação keynesiana do capitalismo que se seguiu à depressão de 1929 e que posteriormente se espalharam pelo mundo. Ainda sobre o setor imobiliário, entende-se que:

O setor imobiliário é a linha de frente da materialização desse processo de desenvolvimento capitalista tardio no espaço. É constituído de frações de classe, que muitas vezes competem entre si, bem como de redes pró-crescimento que unem interesses de outro modo dispares. Embora as ações desse setor possam ser combinadas e organizadas, não existe nenhum mecanismo abrangente de coordenação (...). Conseqüentemente, a forma que o espaço de assentamento assume não é necessariamente benéfica a qualquer um, com exceção dos que lucram no setor imobiliário. Tanto o capital quanto o trabalho são obrigados a viver num meio ambiente difícil de controlar, mas cujos efeitos negativos sempre podem ser mais bem transcendidos pelo poderoso (GOTTIDIENER, 1997, p. 268).

Nos dez últimos anos, por exemplo, período contemporâneo à crise da maior empresa de construção vertical que o Brasil já teve a empresa ENCOL, o governo brasileiro cortou – temporariamente – o SFH como forma de se recuperar do rombo deixado pelo vendaval do



setor imobiliário chamado “ENCOL”. Esta medida fez com que, empresas de pequeno porte falissem e/ou somassem força com outras empresas, para dar conta das etapas da promoção imobiliária – incorporação, construção e venda – ao mesmo tempo em que abriu caminho para empresas de grande lastro de capital consolidar sua ação no setor imobiliário.

Esta medida atraiu para Belém, grupos de empresários dispostos a explorar um mercado com acentuado *déficit* habitacional e que enfrenta um crescimento expressivo de sua região metropolitana do ponto de vista populacional e a expansão de sua malha urbana. Haja vista a intensidade com que nossas grandes cidades – metrópoles ou não (a exemplo de: Paragominas, Santarém e Castanhal no Estado do Pará) – vêm se verticalizando. Quais os motivos que levariam a proliferação deste fenômeno?

Dentre muitos motivos, poderíamos citar: o desinteresse pela construção de habitações populares por parte do Estado (de maneira direta); a ação da ideologia da casa própria, alimentada por políticas de financiamento mais flexíveis, pela estabilidade econômica do país nos últimos dez anos; a diminuição de riscos no processo produtivo da construção de imóveis, devido à parceria entre empresas imobiliárias, os Bancos e as empresas ligadas à comercialização de materiais de construção, o aumento da violência no espaço urbano, dentre outros.

A longevidade no processo de construção do edifício irá vincular o Estado (de forma indireta) ao processo de construção do espaço, quando não subsidiando os produtores (incorporador ou construtor), subsidiando igualmente o consumidor mediante uma eficiente aliança do capital imobiliário, do capital financeiro e do Estado<sup>6</sup>.

É interessante - para não dizer triste – que quem financiou sozinho e por muito tempo os grandes empreendimentos imobiliários no país, que possibilitam moradia à classe média-alta e a classe alta – devido à classe média-média e a classe baixa não conseguirem arcar com os custos que uma moradia vertical representa, foi o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), forma de capitanear recursos junto à classe trabalhadora para manter vivas, excludentes e atuantes, as grandes empresas imobiliárias do Brasil.

---

<sup>6</sup> “Portanto, ainda que se argumente não haver relação direta entre incorporação e Estado, ela é estritamente realizada através das possibilidades criadas por ele – o Estado, e somente por ele, de aquisição dos produtos da incorporação e verticalização” (SOUZA, 1994: 196).

### O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO EM BELÉM: A TERRITORIALIDADE DA VERTICALIZAÇÃO NA CAPITAL PARAENSE

Supramencionamos alhures sobre a essencial relação existente entre a valorização de determinadas áreas da cidade e sua subsequente Verticalização. É importante, no entanto a título de esclarecimento (e aprofundamento) reconstruir, o processo histórico da produção do espaço urbano de Belém, para que, dessa forma possamos entender o processo que levou a territorialidade da Verticalização na capital paraense.

Segundo Oliveira (1992), só é possível a compreensão, dos dois processos que possibilitam o desenvolvimento do espaço urbano (quais sejam, a compreensão do processo histórico e a produção do espaço urbano de Belém), se os interligarmos permitindo, assim, a apreensão da totalidade dos dois fenômenos posto que, a Verticalização é resultante de um processo de valorização do espaço, relacionado diretamente com o grau de maturação das relações capitalistas instalado nele.

A história da construção civil em Belém deve ser remontada, seguindo, naturalmente, o processo de edificações da própria cidade. Processo este que encontrou dificuldades semelhantes, ou até maiores, àquelas enfrentadas pela construção civil brasileira, como um todo. As dificuldades em Belém se agigantaram em virtude de isolamento geográfico da região Amazônica, com relação ao restante do país, o que de resto, afetou-se de várias maneiras. O isolamento somado ao baixo desenvolvimento tecnológico da região fez com que o crescimento de Belém se mantivesse numa penosa dependência da obtenção de técnicas e de materiais de construção importados do exterior e, posteriormente do Rio de Janeiro e São Paulo, segundo análise de OLIVEIRA (1992).

Segunda ainda a autora foi na avenida “15 de agosto” (atual Presidente Vargas), que se concentrou uma síntese da história da construção civil de Belém. Nela surgiu um importante corredor econômico-financeiro da região, onde foram instalados hotéis, cinemas, agências de companhias áreas e de turismo, sede de órgãos institucionais como os correios e telégrafo e os INAMPS, além das sedes bancárias. A avenida, então, se transformou num *espaço supervalorizado pelas funções adquiridas*, assim como pelo fato de seus terrenos se localizarem em elevadas cotas de nível.

O desenvolvimento urbano de Belém no final do século XIX e início do século XX tiveram o respaldo econômico proporcionado pelos lucros advindos da exploração da borracha, e um suporte administrativo renovador.

A vida urbana movimentada e a riqueza gerada pelo comércio determinaram à valorização dos imóveis. Os melhores pontos comerciais eram disputados, o que elevava seus preços. A valorização do bairro comercial provocou a transferência das residências de ricas famílias para os bairros de Nazaré, Umarizal, e Batista Campos, onde os terrenos eram mais baratos e se podia investir em grandes lotes para a construção de confortáveis casas.

Em 1920, a cidade viveria os efeitos da crise da economia da borracha. Desta maneira a organização social da cidade refletia seu contexto econômico, por meio da especialização dos bairros: o da Cidade Velha, o com o casario tradicional, as igrejas e os edifícios públicos; o do Comércio, com os prédios do comércio, dos bancos e dos mercados; o da Campina, com os de caráter residencial, mais moderno, cercado por outros bairros.

Em 1919, Belém possuía 200.000 habitantes, mas não tinha resolvido seus problemas de esgoto, tratamento de águas e limpeza pública. Na ocupação do sítio urbano preferiram-se os terrenos de cotas altimétricas mais altas – devido a limitações técnicas, o que resultou numa malha urbana de perfil irregular, com grandes claros desocupados, correspondendo aos terrenos de cotas baixas. Pode-se dizer que esse processo ainda se verificava por volta de 1940.

O crescimento populacional de Belém entre as décadas de 50-60 provocou um rompimento dos limites da primeira Léngua Patrimonial. A ocupação alcançou, portanto, a segunda Léngua Patrimonial se tornando mais intensa com a construção da rodovia Belém-Brasília, que irá proporcionar uma intensa comercialização de Belém com o coração econômico do país, qual seja o eixo Susdeste-Sul.

Da década de 60<sup>7</sup> em diante, a população de Belém, os migrantes vindo dos interiores do Estado Pará, os migrantes vindos de outras partes do Brasil (atraídos para cá em função dos Grandes Projetos desenvolvidos pelo governo brasileiro) contribuíram e impulsionaram o crescimento urbano de Belém. Concomitantemente, isto fez com que algumas áreas da cidade se tornassem locais considerados nobres (Batista Campos, Nazaré, posteriormente os bairros do Umarizal e Reduto) em virtude da boa infraestrutura e logística de serviços, servindo como moradia para a elite da cidade.

A intensidade e velocidade do fenômeno da Verticalização em Belém exige, uma compreensão da realidade metropolitana, visto que, a capital paraense promove de maneira

<sup>7</sup> A partir da década de 60 espacializou-se no território amazônico um novo padrão de ocupação territorial, comandado pelo Estado e pelos Grandes Projetos. Buscava-se a inserção do espaço regional à nova lógica de produção através de novas oportunidades de investimentos pautadas na política dos pólos de desenvolvimento.

significativa uma intensa integração (aumento de fixos e fluxos) à dinâmica metropolitana do Estado do Pará que é composta, além da própria cidade de Belém, pelos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, cabendo ressaltar que esta integração é mais forte, entre Belém e Ananindeua, onde se localiza aproximadamente 2 milhões de pessoas.

Na área de metropolização mais densa localiza-se um total de 92.058 domicílios carentes (que sofrem com a falta de saneamento básico e infraestrutura) e 57.840 domicílios deficientes (onde o saneamento básico ou a infraestrutura, embora existam, ainda são bastante precários). Na classificação por condição social (tendo por base a renda), a capital paraense está em último lugar com relação às outras capitais do Brasil (Jornal DIÁRIO DO PARÁ, Caderno Cidade de 27-07-2005).

Não obstante, ao aumento/intensificação da concentração de renda em Belém, sua região metropolitana decresceu de forma contínua e em ritmo acelerado no concernente à demografia e à expansão da malha urbana. Durante a década de 1990, a RMB cresceu acima da média nacional, segundo dados do Observatório das Metrópoles, com taxa de 2,79% ao ano.

Obedecendo ao princípio do desenvolvimento “desigual e combinado”, observou-se o aumento no número da população pobre na Grande Belém, bem como (ou como consequência da concentração de renda e ao aumento da população) o aumento do Índice de carência habitacional.

Não obstante, a apresentação de um quadro penoso à maioria da população, a capital paraense vem atravessando nos últimos dez anos um período de prosperidade seleta, que talvez – considerando-se (e ressaltando-se) o contexto<sup>8</sup>, só tenha paralelo na história com o *boom* da economia da borracha do final do século XIX e início do século XX.

Parece incoerente paradoxal e é sob um prisma, de quem não consegue crê que, crescimento e desenvolvimento devem estar restritos a um incremento populacional e de quem entende que desenvolvimento não se limita a taxas positivas da economia. Entretanto, é mais um dia normal na formação sócio-espacial capitalista que, ao mesmo tempo em que leva

---

<sup>8</sup> “Cada época tem um modo específico de experiência do espaço e do tempo e produz tempos (temporalidades) e espaços (espacialidades) não integrados porque o tempo mantém vários ritmos e o espaço vários atributos. Afirmam-se tempos e espaços hegemônicos e persistem espaços descontínuo e fragmentado das redes e enclaves”. T. Barata Salgueiro (1999) Cidade Pós-moderna, espaço fragmentado, em P. Vasconcelos e S.Silva, org., Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira. Salvador, U.F. da Bahia.



infraestrutura e bem-estar (melhoria da/na qualidade de vida e trabalho), para uma parcela da população, impõe à maioria da sociedade padrões de vivência (ou seria mais correto falarmos em padrões de sobrevivência), extremamente penosos, do ponto de vista do desfrute do mundo, das humanidades do mundo, tais como: direito a uma boa alimentação, à educação de qualidade, à saúde, ao trabalho digno de um ser humano, e à MORADIA.

Esta percepção sobre a dinâmica de Belém, a partir de analogias com a *belle époque*, possibilita-nos afirmar que o conteúdo se *preserva*, enquanto que os objetos tiveram que vestir-se de acordo com as tendências ocidentais da atualidade. O que queremos dizer é: ao invés de casarões ou palacetes grandiloquentes por si só, temos hoje prédios extremamente luxuosos e imponentes não deixando nada a desejar do ponto de vista simbólico às moradias da elite paraense (casarões e palacetes) do final do século XIX e início do século XX. Em substituição aos bosques, praças e aos sítios (espaços de lazer da elite da *belle époque*), temos hoje espaços tão excludentes e atraentes pertencentes à elite moderna ou pós-moderna de nossa contemporaneidade. E estes espaços artificiais (ou “não lugares”) estão, cada vez mais, sendo construídos (e/ou recuperados) pelo poder público, como por exemplo: a Estação das Docas, o complexo Feliz Lusitânia, o Mangal das Garças, o Parque da Residência, o Teatro da Paz, Memorial dos Povos dentre outros, para que a *bela época* possa trilhar soberana e hegemônica, não mais porém, incutida de valores europeus, mas sim, estadunidenses.

A melhoria no que tange à logística infra-estrutural (Alça Viária) para atender ao grande capital agroexportador, mínero-metalúrgico e industrial – exportadores de Soja de outros do Pará e de outros Estados, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, o Complexo ALBRÁS/ALUNORTE, contribuiu para que a capital paraense intensificasse sua dinâmica urbana.

### A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO: A CONSOLIDAÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO DA IMPONÊNCIA

Como forma de desenvolvermos um bom entendimento da dinâmica urbana (analisando suas espacialidades e temporalidades), faz-se necessário recorrer a modelos interpretativos, que embora sejam classificados como clássicos, ainda hoje nos permitem tecer análises substanciais sobre a realidade complexa de nossos centros urbanos. As noções de uso do solo, o estudo da renda de monopólio, a compreensão sobre o poder simbólico que está expresso nos grandes empreendimentos horizontais e verticais, são de grande valia

epistemológica para, por exemplo, analisar e entender a ação dos agentes produtores do espaço na região Amazônica?

Servindo ainda, para o fortalecimento do fenômeno da Verticalização e dando subsídios para entendê-lo enquanto componente de um processo maior de transformação da totalidade espacial, estando este fenômeno, portanto, em constante devir. E dado este contexto cabe aqui um questionamento e uma constatação: Até quando a Primeira Légua de Belém irá receber empreendimentos imobiliários, ou seja, até quando vai continuar a ser vista pelo capital imobiliário como sendo uma área valorizada?

Mark Gottdiener nos ensina que a renda de monopólio, *por se referir em específico à capacidade dos proprietários de terra de extraírem pagamento pela terra, de quando a demanda por ela se estrutura devido à escassez produzida de forma monopolística, como no caso de uma intensa procura por localizações específicas ou por pedaços específicos de terra na cidade*. A renda de monopólio, segundo afirma Gottdiener – e com o qual concordamos, é a mais útil para a análise urbana, *pois expressa a origem social do valor de localização*. Ou seja, na cidade o valor da terra está associado a sua localização e não ao seu valor intrínseco, o que explica os preços estratosféricos de apartamentos construídos nos bairros nobres de Belém: Batistas Campos, Nazaré e, principalmente, Umarizal<sup>9</sup>.

É importante mostrar como a lei do valor no espaço é estruturada e manipulada pela classe capitalista e suas relações sociais, para produzir renda absoluta e renda de monopólio dentro da metrópole. A base social dessa lei do valor significa que os valores da terra urbana podem ser criações tanto de fatores culturais, ou políticos, como econômicos.

Uma tese básica de Lefebvre diz respeito à distância entre valores de uso e valores de troca e à noção de que, à medida que ele se desenvolve, o capitalismo exige o primado destes sobre aqueles. Traduzido para termos espaciais, isso significaria um conflito entre interesses organizados em torno do espaço social, enquanto local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações comunais no espaço, e interesses em torno do espaço abstrato, enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário e administração governamental – a articulação combinada entre modo político e modo econômico de dominação. (GOTTDIENER, 1997, p. 165).

Para Lefebvre, a organização neocapitalista do consumo mostra sua força nas ruas das cidades (pequenas, médias ou grandes), que não é só a do poder político, nem da repressão (explícita ou velada). A rua, série de vitrines, exposição, de objetos à venda, mostra como a

<sup>9</sup> Por conseguinte, podemos afirmar que, interesses vinculados à propriedade são, na verdade, produzidos pelo setor das relações de mercado na habitação, e não por causa do interesse próprio em preservar o valor da terra da casa de alguém, isto é, não pelo esforço para acumular capital individualmente.

lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. A acumulação dos objetos acompanha a da população e sucede e do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelos “sistemas dos objetos” tornados símbolos e espetáculo (*apud* CARLOS, 2002, p. 31).

Não obstante, o que este quadro, construído pelo capitalismo ao longo do processo histórico significa para o setor imobiliário? Significa que: o momento atual sinaliza uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole, hoje contemplando a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário revelando que a mercadoria – espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto ‘produto imobiliário’.

Este processo requer outra relação Estado/espaço, pois só ele é capaz de atuar no espaço da cidade através de políticas que criam a infra-estrutura, necessária, para a realização deste ‘novo momento do ciclo econômico’. Por outro lado só o Estado pode dirigir investimento para determinados lugares na cidade sob o pretexto da ‘necessidade coletiva’. Neste sentido, a reprodução do espaço se realiza num outro patamar: o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro (CARLOS, 2004, p. 14).

Como, então, devemos analisar este quadro que sofre com sucessivas e ininterruptas transformações – políticas, econômicas e culturais – e que se torna cada vez mais excludente para a maior parte das pessoas que habitam as cidades<sup>10</sup>?

Deste modo a construção da problemática urbana nos obriga inicialmente, considerar o fato de que ela não diz respeito somente à cidade, mas nos coloca diante do desafio de pensarmos o urbano, não só, enquanto realidade real e concreta, mas, também enquanto virtualidade. *A generalização da urbanização e a formação de uma sociedade urbana impõem um modo de vida, que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais.* (CARLOS, 2004).

<sup>10</sup> A análise deve captar o processo em movimento e, no mundo moderno, esta reprodução sinaliza a articulação indissociável de três planos: o econômico (a cidade produzida enquanto condição de realização da produção do capital), o político (a cidade domina a sociedade através da produção do espaço), e o social (a cidade produzida enquanto prática sócio-espacial como elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana. (CARLOS, 2004:20).

E é desta forma que nos propomos à compreensão do processo de Verticalização, não o reduzindo somente à forma, mas buscando compreendê-lo como forma-conteúdo, como algo que não é estático e inerte posto que possua uma dinâmica que se retroalimenta nacional e internacionalmente e produz um olhar diferencial sobre a cidade – seja este do morador dos edifícios ou, do de fora.

Será que temos que continuar a entender a Verticalização de nossas cidades somente como uma forma de otimização de recursos infraestruturais implantados em seu centro para atender a um público alvo que não quer morar longe ou esperar por essas “benfeitorias” Estatais – melhoria na infra-estrutura e prestação de serviços, ou já podemos dizer que a Verticalização já se apresenta como uma forma (ou alternativa) de moradia escolhida não, necessariamente, por pessoas que optam por morar no centro das grandes e médias cidades e sim que (por motivos diversos) escolheram unidades verticais para morar sem quererem de maneira determinante, fixar moradia no centro da *polis*, mas, sim buscar construir um modo de vida (o *living* Leal Moreira talvez seja a expressão máxima de disto em Belém), um estilo de vida alternativo não muito amplo ou receptivo à sociabilidade, tendo em vista que o ato de ir a uma praça, ir a uma academia de musculação, ir a um restaurante implica para os moradores não em sair de seus prédios, mas sim de descer ou subir, alguns andares.

Sem falarmos de outros serviços oferecidos aos “privilegiados” moradores, tais como: TV a cabo e *ciber* café em todos os apartamentos, áreas de lazer, serviços de hotelaria, que acabam por mostrar ou construir a sensação de ser estar vivendo em país de primeiro mundo ou mesmo se habitando um planeta destituído de desigualdade social. Parece que em nossa contemporaneidade, a nossa elite principalmente (somos o 2º Estado-Nação com a pior distribuição de renda do mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas - ONU), está optando por continuar acorrentada e olhando para a projeção de sombras nas paredes das cavernas (nossos condomínios fechados verticais e horizontais), ao invés de procurar desenvolver alternativas que diminuam a discrepância social existente em nosso país, criando assim possibilidades de se explorar e desfrutar não de sombras, mas de pessoas mesmo, não de cavernas e sim de espaços públicos de fato e de direito, não de conjecturas, porém de uma realidade que é perversa para a maioria da população brasileira, paraense, belenense e que por isso mesmo precisa ser transformada,

O fato de visualizar o reino (Belém) de torres - a empresa Leal Moreira chama assim seus empreendimentos –, está longe de significar que este “reino”, avistado por seus senhores,



esteja protegido contra os monstros medievais, modernos ou pós-modernos da pobreza, da violência, da discriminação, em uma palavra da segregação sócio-espacial.

Algumas características dos empreendimentos das cinco maiores construtoras e incorporadoras de Belém, seus edifícios possuem: quadra de tênis; quadra de vôlei; quadra de *squash* climatizada; quadra de esportes na areia; *deck*; salão de festas; *lounge*; piscina com raia olímpica; internet banda larga e 24 horas nos apartamentos; sauna a vapor; academia de ginástica; espaço *gourmet*; *play ground*; sistema de segurança com circuito interno de tv; em média três vagas de garagem; bar de apoio; pista de *Cooper*; central de gás; *fitness center*; serviço de lavanderia; serviço de café da manhã; piso em porcelanato; tv a cabo em todos os apartamentos; vidro *fumê* nas sacadas; instalação para *split*; elevadores inteligentes; piso em cerâmica esmaltada; revestimento externo em partilha e pele de vidro; sala de estar para motoristas; piso com revestimento em granito; gerador de energia próprio.

O supramencionado e citado camufla, não obstante, “práticas indevidas” das empresas do mercado imobiliário de Belém. Essas são acusadas de não cumprir com seus deveres/obrigações trabalhistas, não pagando férias a seus funcionários, 13º terceiro salário, hora extra, e de contratar operários sem assinar suas carteiras de trabalho. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Pará, esta é uma prática comum entre as grandes e médias empresas que atuam no mercado imobiliário de Belém.

Outro dado importante remete-se a ação das grandes empresas que atuam no setor da construção civil vertical, estas desenvolvem algum Projeto Social. Essa ação “solidária” serve como um excelente marketing para as empresas e contribui para a diminuição de seus impostos, como o Imposto de Renda. Nunca foi tão bom para os empresários realizar projetos sociais no Brasil.

Podemos afirmar ainda, que hoje em Belém existe uma equiparação entre os m<sup>2</sup> da cidade, no que concerne ao preço dado pelas empresas. Isto significa que os preços cobrados pela empresas Village, Leal Moreira, Marko Engenharia, Freire Mello são basicamente os mesmos, quando há compatibilidade de bairros, ou seja, para o bairro do Umarizal, por exemplo, o preço do m<sup>2</sup> dessas empresas irá variar muito pouco, o que nos dá evidências da existência de cartéis verticais na cidade das mangueiras.

As empresas possuem um padrão arquitetônico, de serviços e funcionalidades, políticas de marketing importado ou inspirado de outras regiões do país, como o sudeste e sul. Em contra partida estas regiões (o eixo sul-sudeste) copiam valores funcionais e

arquitetônicos de outras partes do mundo, em especial das cidades estadunidenses. Temos, portanto em Belém formas (técnicas) de construir e vender imóveis mundiais. A horizontalidade de nossa promoção imobiliária está ligada direta ou indiretamente a uma promoção imobiliária vertical (regional, nacional, ou mesmo, internacional).

## PARA (NÃO) CONCLUIR

Explicar fenômenos (*ou processos*) não é apenas mostrar que eles são exemplos de regularidades bem estabelecidas. Em vez disso, devemos descobrir as necessárias conexões entre fenômenos, através do conhecimento das estruturas subjacentes e dos mecanismos em ação.

Muitas vezes, isso significará postular a existência de tipos de entidades e processos inobserváveis com que não estamos familiarizados; mas somente fazendo isso é que podemos ir além da 'mera aparência' das coisas, chegar às suas naturezas e essências. Desse modo, para o realista, uma teoria científica é uma descrição de estruturas e mecanismos que geram, casualmente, os fenômenos observáveis, uma descrição que nos dá a capacidade de explicá-los (KEAT e URRY *apud* GOTTDIENER, 1997, p. 161).

Procuramos ao longo deste trabalho mostrar que o processo de Verticalização é sócio-histórico (está presente em diferentes formações sociais), técnico-simbólico (expressa o avanço técnico e tecnológico assim, como expressa Poder em diferentes sociedades), e estar em constante devir (isto significando que este processo assume novos significados e conteúdos nas diferentes formações sociais).

E encará-lo como a manifestação do próprio espaço geográfico, este sendo entendido como propõe SANTOS (2004) e MASSEY (2004):

- O espaço é o produto de inter-relações. Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno;
- O espaço é o conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações;
- O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera nas quais distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço; se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos;

- Finalmente, e precisamente por que o espaço é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito – nunca está finalizado, nunca se encontra fechado.

Dito isto podemos dizer que, a verticalização não é só o produto da economia, ou de mundo ocidentalizado. Fatores político-ideológicos e cultural-simbólicos devem ser considerados. As transformações do/no território (seja este urbano ou rural) não resultam apenas das pressões vinculadas ao desenvolvimento econômico. É também, fruto da disseminação internacional de modelos ideológicos dominantes, em uma dada formação social, onde as noções de progresso e de modernidade são impostas pelos detentores do poder.

Neste caminho laborioso, qual seja o da contribuição científica, gostaríamos novamente de elencar os fatores essenciais que definem o que seja Verticalização:

- Este processo sustenta uma fórmula específica de produção-ocupação do espaço;
- É encontrado principalmente em grandes cidades – e porque não dizer nas grandes civilizações;
- É um marco característico que imprime uma forma original na paisagem urbana;
- É muitas vezes a concretização da Imponência, da Desigualdade social, do Sentimento de Superioridade e de inferioridade no outrem, destituído deste tipo de moradia, ou mesmo, local de trabalho.
- E, e isto talvez seja nossa principal contribuição, conserva um modo de vida próprio, sociabilidades específicas, e onde o Poder é expresso de maneira mais visível.
- Este fenômeno manifesta o desejo da diferenciação e da demarcação de fronteiras sociais, expressando desigualdade, hierarquia, supremacia de uns sobre outros.

E neste sentido, em nossa leitura, a uma negação do espaço posto que há nestes empreendimentos a opção pelo não encontro com a desigualdade e a diferença, e esta opção pelo não encontro, nega a essência do espaço geográfico, posto que este é (sobretudo) um espaço social. Negar as multiplicidades é eleger um modo de vida como sendo o único, é

voltar a crê na lei do mais forte na sociedade, é negar possibilidades de pensar a cidadania como sendo o pleno exercício de humanidade.

A expansão destes empreendimentos e sua luxúria evidenciam, de certa maneira, um desistir, um abandono da crença de que é possível tornarmos nossas cidades mais humanas. É a opção por produzir locais dentro das cidades e *locais* cada vez mais territorializados e, portanto, excludentes. Este trabalho levanta a importância de construirmos *lugares* dentro das cidades e de pensarmos, a partir da potencialidade existente em nossas cidades, na interconexão destas redes de lugares, tendo por objetivo a construção de espaços coletivos marcados por uma solidariedade orgânica.

## REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: CONTEXTO, 2004.
- DIÁRIO DO PARÁ, Jornal, Caderno Cidade de 27-07-2005.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: editora EDUSP, 1997, 2ª Ed.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002
- LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LIMA, A. T. SAMBAQUIS: *os arranha-céus do passado*. Revista HITÓRIA VIVA, vol. 22 p. 53-58, 2005.
- OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. *Produção e Apropriação do Espaço Urbano: A Verticalização em Belém*. São Paulo: FFLCH da Universidade de São Paulo, 1992.
- ROCHA, Fernando; GUERRA, Felipe. *Especulación Del Suelo?*. Madri: PALERMO, 1979: 125p.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEABRA, O C. de L. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, J. de S. *Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.



SOMEKH, Nádia. *A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador*. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A Identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec; EDUSP, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A B C do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2003.

